

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O recado de Lira

A menos de duas semanas da eleição, não é mera casualidade a aprovação da urgência para o projeto que pune institutos de pesquisas eleitorais com resultados muito distantes da própria margem de erro. Deputados dizem que mensagem mais clara, impossível: quem errar nesta reta final, que arque com as consequências. Só tem um probleminha: não há retroatividade da lei. Portanto, vai tudo parar na Justiça.

Novos ministérios

Até aqui, Lula surge como quem mais tem prometido criar ministérios a partir de 2023, caso seja eleito. Mas o número de pastas vai aumentar quem quer seja eleito. Pelo menos mais dois já estão no forno, prontos para serem criados em caso de reeleição de Bolsonaro: o da Segurança Pública e o da Indústria e Comércio.

É dele

O Ministério da Segurança Pública é defendido diuturnamente por Braga Netto. Afinal, ele foi interventor na segurança do Rio de Janeiro e sabe do que está falando quando defende uma pasta com foco específico neste tema.

O foco de Geraldo

Depois do evento com Lula em Porto Alegre, hoje, Alckmin continuará no Sul para se reunir com o empresariado. A aposta é de que o ex-tucano pode ajudar a tirar a diferença por lá, compensando os votos que não conseguiu levar em São Paulo.



Calma, povo! Depois das eleições, todos precisam continuar a viver juntos"

Dom Odilo Scherer, cardeal arcebispo de São Paulo, que protagonizou uma polêmica nas redes sociais ao criticar as brigas em função da polarização política. Os católicos, aliás, voltam à cena e são vistos nesta reta final como aqueles que podem definir o pleito em favor de um ou de outro polo.

Orçamento secreto, o primeiro embate

Independentemente de quem vença a eleição, no dia 30, haverá um freio de arrumação no quesito emendas de relator. A contar pelas declarações do vice na chapa do presidente Jair Bolsonaro (PL), Walter Braga Netto, à Rede Vida de Televisão, será preciso aprimorar essas emendas, de forma a dar mais transparência e direcionar os valores para áreas do governo que atendam diretamente a população. Quanto a Geraldo Alckmin, vice de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ele diz que

uma das ideias é aproveitar esses recursos para ampliar o atendimento à educação, especialmente na primeira infância. Como fará isso? Na conversa. Pelo visto, ambos vão precisar de muito gogó para convencer Arthur Lira e cia. a abrir mão de poder.

Quem for eleito, não deixará esse tema para 2023. É que diante de tantos desafios e do orçamento a cada dia mais estreito, a ideia é aproveitar a força das urnas ainda este ano para garantir os recursos aos projetos prioritários.



CURTIDAS

O objetivo de Moro/ O senador eleito Sergio Moro tem entre seus projetos no Congresso a montagem de uma bancada e, quem sabe, uma base rumo ao Planalto em 2026. Afinal, Bolsonaro, se reeleito, não pode concorrer daqui a quatro anos e, até aqui, o bolsonarismo não tem ninguém com votos suficientes para decolar.

Por falar em bancada.../ Moro já parte com dois. A mulher, Rosângela, e Deltan Dallagnol, o procurador da Lava-Jato.

Alexandre Guzanhe/Estado de Minas



Tem fila/ Moro, porém, não é o nome visto com mais carinho por aliados de Bolsonaro. A depender da votação do presidente em Minas Gerais, a pole position nessa corrida será do governador reeleito Romeu Zema (Novo, foto).

Está desse jeito/ Dia desses, numa churrascaria no Tatuapé, bairro paulistano de classe média, um grupo de amigos foi expulso por causa de briga entre bolsonaristas e petistas. Essa turma toma um banho de civilidade até dia 30 ou a abstenção será por causa de eleitores hospitalizados.



Ministro Barroso, do STF, autoriza as prefeituras a oferecerem, sem custos, meios para que o cidadão compareça às urnas em 30 de outubro, para o segundo turno das eleições. Para ele, trata-se de proteger um direito constitucional

Transporte gratuito garantido

» MARCOS BRAZ*

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou as prefeituras a disponibilizarem, gratuitamente, transporte público de passageiros em 30 de outubro — quando se realiza o segundo turno das eleições. Ele entendeu que se trata de uma garantia constitucional ao direito de voto e que, por isso, não se pode impedir o cidadão de exercer a preferência política individual.

Além disso, a decisão é uma forma de se evitar um grande percentual de abstenções, algo que vem preocupando as candidaturas do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O primeiro turno da corrida ao Palácio do Planalto fechou com o índice de 20,95% de eleitores que não foram votar, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A decisão dá segurança jurídica aos municípios e impede que seja caracterizado como crime eleitoral ou improbidade administrativa a possibilidade de facilitar a ida do eleitor aos locais das urnas. Além disso, traz dificuldades para aquele gestor público que pretende criar barreiras ao exercício cívico — como quase ocorreu em Porto Alegre, em 2 de outubro, no primeiro turno, quando o prefeito Sebastião Melo (MDB) anunciou a suspensão do passe livre ao colocar em prática uma decisão da Câmara dos Vereadores aprovada meses antes.

Barroso, porém, salientou que não se trata de conceder a gratuidade total dos serviços de transporte. Isso porque, para tanto, seria preciso lei específica e previsão orçamentária para compensar a perda de arrecadação com

o benefício.

O ministro estabelece, ainda, que ônibus escolares e outros veículos utilizados pelos serviços públicos podem ser utilizados pelos eleitores em 30 de outubro. Além disso, as empresas de transporte coletivo estão liberadas para oferecer o benefício voluntariamente.

No Distrito Federal, a Secretaria de Transporte e Mobilidade informou que a programação das linhas de ônibus que funcionarão em 30 de outubro está sendo elaborada. Sobre a determinação de Barroso, a pasta informou que analisará a decisão.

No primeiro turno, a Companhia do Metropolitan do Distrito Federal (Metrô-DF) garantiu o funcionamento dos trens no horário de domingo, das 7h às 19h. Já os ônibus de linhas urbanas e rurais circularam conforme o cronograma de dias úteis.

Campanha

Na última segunda-feira, a campanha de Lula se reuniu com Barroso para discutir a ampliação da oferta de transporte público no dia da votação do segundo turno. A coordenação da candidatura petista entende que restringir o acesso do cidadão aos veículos que o levam às zonas eleitorais desestimularia o cumprimento do dever cívico.

No sentido contrário, o ministro Benedito Gonçalves, do TSE, criticou o pedido da campanha de Bolsonaro para limitar a decisão do STF para a disponibilidade de transporte ainda no primeiro turno. Ele considerou que o argumento apresentado pela campanha do candidato à reeleição "descamba para o absurdo".

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Albari Rosa/AFP



Fiscal do TSE confere urnas para o 2º turno. Tribunal quer saber o que militares acharam sobre a votação eletrônica

TSE dá 48h para ver auditoria militar

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, determinou, ontem, que o Ministério da Defesa apresente, em até 48 horas, documentos sobre a auditoria feita pelos militares nas urnas eletrônicas no primeiro turno das eleições. O ministro destacou que a pasta pode estar sendo usada para atender aos projetos políticos do candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL).

Moraes atende uma ação protocolada pelo partido Rede Sustentabilidade. A legenda ressaltou que o presidente da República, em uma live, defendeu que fosse feita uma auditoria nas máquinas de votação e ainda que o processo

não fosse conduzido pela Justiça Eleitoral.

"As notícias de realização de auditoria das urnas pelas Forças Armadas, mediante entrega de relatório ao candidato à reeleição, parecem demonstrar a intenção de satisfazer a vontade eleitoral manifestada pelo chefe do Executivo, podendo caracterizar, em tese, desvio de finalidade e abuso de poder", escreveu o presidente do TSE.

Além do prazo de 48 horas, que desde ontem já está sendo contado, Moraes determinou que a Defesa informe a fonte dos recursos gastos com o serviço de auditoria. Em relação a Bolsonaro, a campanha do presidente deverá apresentar defesa em até cinco dias.

O ministro da Defesa, Paulo

Sérgio Nogueira, reuniu-se no começo da noite com Moraes e assegurou que a pasta apresentará o levantamento dentro do prazo estabelecido. Tradicionalmente, os militares atuam nas eleições no apoio logístico e realizando transporte de urnas eletrônicas, pessoas e materiais para locais de difícil acesso.

Cobrança

Mas, antes de Moraes, o Tribunal de Contas da União (TCU) também cobrou a apresentação do relatório da Defesa. Na semana passada, o presidente em exercício da Corte, ministro Bruno Dantas, fixou prazo de 15 dias para que a pasta apresente as informações solicitadas. A decisão atendeu ao pedido feito

As notícias de realização de auditoria das urnas pelas Forças Armadas, mediante entrega de relatório ao candidato à reeleição, parecem demonstrar a intenção de satisfazer a vontade eleitoral manifestada pelo chefe do Executivo"

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

pelo subprocurador-geral do Ministério Público no TCU, Lucas Furtado.

No último dia 7, o tribunal requisitou a relação das 4.577 seções eleitorais para compor a amostra da auditoria no sistema eletrônico eleitoral. O objetivo é atestar os resultados divulgados pelo TSE em 2 de outubro.

A seleção dos boletins de urna foi realizada após a totalização dos votos válidos pela Justiça Eleitoral. Por uma margem de segurança, o TCU selecionou um número 10% maior do que as 4.161 seções necessárias para a fiscalização. A primeira auditoria foi realizada com 560 aparelhos de votação e não encontrou inconsistências nos resultados do TSE. (Colaborou Victor Correa)